



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História – HIS

**“EFEITO ALFONSÍN”: REFLEXOS DO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO ARGENTINO NA RECEPÇÃO DO
MOVIMENTO DIRETAS JÁ!**

Alexsander Vinícius dos Santos Batista

Brasília,
Dezembro de 2019

Alexsander Vinícius dos Santos Batista

**“EFEITO ALFONSÍN”: REFLEXOS DO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO ARGENTINO NA RECEPÇÃO DO MOVIMENTO
DIRETAS JÁ!**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal – Orientador

Brasília,
Dezembro de 2019

Este trabalho é dedicado à Sandra e Neto, cujas forças pavimentaram este caminho.

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe, Sandra, e ao meu pai, Neto, pelo carinho, atenção e apoio nesses 22 anos de minha existência. Com toda certeza, a conclusão desta etapa de minha vida se deve ao esforço por eles empregado para que seus filhos pudessem ter condições de escolher o caminho a ser seguido. Esta é a primeira vez que se concretiza em minha família a possibilidade de conclusão de um curso superior em uma universidade federal. Logo, agradeço minha avó, Djaci, pela coragem de ter deixado a cidade de Catende em Pernambuco e ter possibilitado a vinda de toda a família para o Distrito Federal durante os anos 1980.

Agradeço aos meus professores da educação básica pelo incentivo dado a mim durante o ensino fundamental e médio, o que me fez acreditar que realmente fosse possível superar as adversidades da escola pública e realizar o ingresso na Universidade de Brasília. Agradeço também a todos os profissionais que me deram suporte durante os sete anos em que estudei no Centro Educacional 416 de Santa Maria.

Agradeço ao professor Carlos Eduardo Vidigal, cujas aulas me inspiraram nessa caminhada e por quem nutro grande admiração. Seu auxílio foi parte fundamental para a construção deste trabalho.

Agradeço à Mikaella Chrisóstomo, cujo carinho embelezou esta jornada. Agradeço também aos meus amigos de graduação pelo apoio, afeto e compreensão durante esses quatro anos de curso. Faço menção especial ao Gustavo Flor, Lucas Barbosa, Marcos Santos, Bárbara Almeida, George Lucas, Samuel Ramos, André Oliveira e Gabriel Fernando, que em diferentes períodos e de diferentes formas me deram suporte durante o curso. Sem eles esta trajetória teria sido menos alegre e prazerosa.

A graduação tem sido um caminho longo e difícil, até o momento. Àqueles que estiveram comigo nessa jornada, fica aqui minha simples demonstração de agradecimento e afeto.

Resumo

A decadência das ditaduras latino-americanas impôs dilemas sobre rupturas e continuidades aos novos regimes democráticos. Neste sentido, o caso argentino tornou-se simbólico na região por ser o primeiro processo redemocratização na década de 1980 e por sua brusca ruptura com o regime ditatorial. Este trabalho busca analisar a influência da experiência de redemocratização na Argentina nos anos finais da abertura política brasileira, especificamente quanto ao modo em que o movimento Diretas Já! foi recebido pela imprensa e pelo governo à época. Assim, por meio da elucidação conjuntural dos casos destacados, a partir de premissas teóricas que possibilitam uma análise comparada, busca-se investigar como se deu os reflexos da eleição presidencial argentina no contexto político brasileiro, que no momento discutia sua sucessão presidencial. O enfoque da pesquisa se concentra em matérias da Folha de São Paulo, periódico que demonstrou engajamento pelas eleições diretas, e nos relatórios do arquivo do Conselho Nacional de Segurança, produções que tiveram a redemocratização argentina como referência ao tratar da abertura brasileira.

Abstract

The decline of the latin american dictatorships imposed dilemmas about breakdowns and continuities to the new democratic regimes. In this context, the Argentinian case became symbolic in the region for being the first process of re-democratization in the 1980 decade and for its abrupt breakdown with the dictatorial regime. This work aims to analyse the influence of the re-democratization experience in Argentina in the ending years of the Brazilian political opening, specifically in how the movement “Diretas Já!” was perceived by the press and the government in that time. Thus, through conjectural elucidation of the cases presented, from the theoretical premises that make a compared analysis possible, it will seek to investigate how the Argentinian presidential election reflected in the Brazilian political context, which in that moment was discussing presidential succession. This research focus on journal's paper of Folha de São Paulo, which demonstrated engagement in the direct elections, and in the reports of the National Security Council, both productions that referred to the Argentinian re-democratization when approaching the Brazilian opening.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 – O colapso argentino	13
Capítulo 2- A crise da ditadura brasileira.	24
Capítulo 3- O “efeito Alfonsín” e o anseio pelas diretas	35
Considerações Finais	46
Bibliografia	49
Fontes primárias.....	52

Introdução

O Brasil e outros países do Cone Sul foram governados por regimes autoritários nas décadas de 1960 e 1970. Guardadas as diferenças e especificidades nacionais de cada processo, esses governos, inspirados em princípios antidemocráticos, se estabeleceram no contexto da Guerra Fria, alinhados com os interesses norte-americanos.¹ Alguns estudos apontam para conectividades e relações de colaboração diretas entre esses regimes, já este trabalho se propõe a refletir sobre a convergência do esfacelamento de duas ditaduras e seus respectivos processos de abertura política. Desta maneira, a pesquisa visa produzir uma análise referente às redemocratizações de Brasil e de Argentina, apontando uma possível zona de confluência entre os dois processos. O problema central que orientou a pesquisa diz respeito a como a experiência argentina, de ter optado por eleições diretas como um marco para o fim da ditadura e o início de um novo regime em 1983, pode ter influenciado o processo de abertura política Brasil, no momento em que a sociedade civil brasileira discutia os caminhos para a redemocratização a contragosto do regime militar.

Apesar de terem em comum a forte presença do autoritarismo na política local, Brasil e Argentina experimentaram essa característica política de forma distinta. O caso brasileiro pode ser caracterizado pela existência de um longo governo militar, que manteve o domínio político de forma sólida, por meio de perseguições, controle das instituições e cerceamento das práticas democráticas. Já a Argentina, com uma sociedade que esteve travada entre forças conflitantes e responsáveis pela polarização política no país, experimentou o autoritarismo entre idas e vindas desde a década de 1950 até a tentativa de consolidação de sua democracia a partir de 1983. Ou seja, a construção do autoritarismo brasileiro e do autoritarismo argentino, que regeram as respectivas ditaduras findadas durante a década de 1980, não foi igual, assim como também se deu de forma distinta o desenvolver, os logros e os fracassos desses regimes

¹ No contexto sul-americano destacam-se casos do Paraguai (1954), da Argentina (1962, 1966), do Brasil (1964), do Uruguai e do Chile (1973) e novamente da Argentina (1978) como exemplos de golpes de estado que destituíram governos eleitos de forma democrática para estabelecer ditaduras militares. Exceção feita ao golpe de 1962 na Argentina, que depôs Arturo Frondizi, porém não inaugurou um período ditatorial.

no que diz respeito à política social e econômica, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo.

Diante das particularidades dos desenvolvimentos das ditaduras militares brasileira e argentina, os tocantes processos de transição também se deram de forma diferente. Antes de adentrar nas especificidades de cada processo, é necessário expor as premissas teóricas adotadas para diferenciá-los. Para Ansaldi e Giordano (2012), o conceito de transição democrática tem características claras, mas que podem ser flexíveis em termos de rupturas e continuidades, tal como nos marcos temporais e aspectos motivacionais que variam de acordo com cada caso.

La transición de la dictadura a la democracia es un proceso, de extensión temporal variable, iniciado en situación de dictadura y generado por diferentes razones, como protesta popular, disenso o fractura dentro de las Fuerzas Armadas, derrota política – y excepcionalmente, militar – de un proyecto de la dictadura, acción concertada entre partidos políticos de oposición, negociaciones de estos con las jefaturas militares. (ANSALI; GIORDANO, 2012, p.504)

Apesar de o conceito de transição democrática presumir essencialmente a destituição de um regime autoritário a fim de instituir um governo de cunho democrático, é necessário que se produza diferentes modelos teóricos para caracterizar processos que se desenvolveram de formas distintas, de acordo com cada contexto político nacional. Neste sentido, Guillermo O'Donnell (1988) contribuiu para este campo de estudo ao fornecer dois modelos de transição para classificar os processos de redemocratização nos países latino-americanos ocorridos durante a década de 1980². Os conceitos de O'Donnell são de fundamental importância tanto para este trabalho quanto para os estudos sobre redemocratização, pois fornecem elementos para a análise dos processos de redemocratização em perspectiva comparada. O autor separa estes processos em “redemocratização pactuada” e “redemocratização por colapso”. As transições democráticas de Brasil e Argentina podem ser entendidas como os casos

² O'DONNELL, Guillermo. “Introducción a los casos latinoamericanos” in: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. “Transiciones desde un gobierno autoritario-América Latina, Vol.2”. p. 15-36. Buenos Aires: Paidós, 1988

emblemáticos de cada um dos conceitos³. Deste modo, esses conceitos serão adotados nesta análise, apesar de algumas ressalvas⁴ a se desenvolver.

Como exposto anteriormente, Ansaldi e Giordano (2012) afirmam que o processo de transição é “iniciado em situação de ditadura”. Independente do modelo de transição escolhido para definir o processo, se por colapso ou pacto, pode-se dizer que, nos casos estudados, os regimes autoritários discutiram suas respectivas saídas do poder pela via da redemocratização. Ou seja, mesmo no contexto argentino, classificado como um colapso político, o regime não foi arrebatado de forma pacífica do poder. Portanto, para que os processos de transição tomassem formas concretas, como destituição do governo militar ou até convocação de novas eleições, foi necessário algum tipo de acordo, um certo nível de consenso entre civis e militares. Porém, a natureza desses acordos e o poder de negociação entre as duas partes ficaram condicionados à vários aspectos sobre situação de cada país e ao grau de governabilidade dos regimes. Nesse sentido, procura-se aqui produzir uma ressalva a sistematização de O’Donnell sobre os processos de redemocratização latino-americanos, pois, assim como uma transição por colapso exige acordos e consenso, uma transição pactuada também está, em certa medida, condicionada a crises e falência de um projeto político.

Em termos metodológicos, o trabalho é dividido em dois campos de observação de fundamental importância mútua. O campo contextual, presente no primeiro e segundo capítulo, diz respeito a análise do cenário político, econômico e social dos processos de redemocratização do Brasil e da Argentina. O campo específico está presente no capítulo três, que remete a influência do processo argentino sobre o brasileiro e faz referência à análise das fontes obtidas que constituem o cerne da pesquisa. Primeiramente, faz-se necessário uma reflexão teórica a respeito de processos transição democrática, principalmente sobre redemocratizações pós-governos autoritários na América Latina, para poder compreender a multidimensionalidade de um rito complexo

³ O’Donnell eleger as transições de Argentina e Bolívia como exemplos de processos de redemocratização desencadeados por colapsos do sistema político e econômico. Enquanto as transições democráticas de Brasil, Chile e Uruguai são entendidas como fruto de pactos políticos. Apesar de estabelecer um conceito modelar para estes processos, o autor procura atentar que cada um possui sua natureza e suas especificidades.

⁴ Uma das ressalvas, exploradas no segundo capítulo, é a classificação da abertura política no Brasil como um caso de “redemocratização pactuada” sem se aprofundar no contexto político do país, que apresentou características de um colapso, apesar de não de se desenvolvido de fato.

que é palco de disputas políticas, sociais e econômicas particulares de cada local no qual se desenvolve. Assim, com base nas premissas teóricas adotadas, nesta análise contextual busca-se, através da investigação mais ampla do período de abertura política dos países em questão, identificar as variáveis dos dois processos, a fim de se verificar similaridades, diferenças e possibilidades para cada um deles, além dos aspectos condicionantes para o desenvolvimento de tais conjunturas.

Deste modo, a elucidação contextual sobre os ritos de abertura política fornece a base teórica e conjuntural para a análise das fontes, referente a observação de situações específicas que tratam da influência do caminho traçado pela redemocratização argentina no processo de reabertura da política brasileira.

A natureza desses acontecimentos é primordial e essencialmente política, mas não significa dizer que a face política destes processos é única ou primacial. No decorrer da composição inicial da pesquisa, verificou-se indispensável a ênfase na investigação dos aspectos econômicos e sociais, que exerceram intensa pressão no panorama político encabeçado pelos governos dos respectivos países durante o período pesquisado, como é evidenciado na análise das fontes e da bibliografia.

Pode-se dizer de forma resumida que o centro da pesquisa está concentrado no modo em que o processo de redemocratização argentino passa de um modelo positivo, gerador de entusiasmo em alguns jornais brasileiros, para um processo causador de insegurança e receio, à medida que apresenta um potencial bastante conflituoso, a ponto de gerar questionamentos a respeito da ocorrência ou não de eleição direta para sucessão presidencial no Brasil em 1984.

Para embasar a análise fez-se uso de matérias da Folha de São Paulo e de relatórios de monitoramentos da situação interna de Brasil e de Argentina produzidos pelo Conselho Nacional de Segurança. Justifica-se o uso da Folha de São Paulo nesta pesquisa com base na mudança de posição do jornal durante a ditadura militar. Assim, torna-se importante nesta análise sua atuação e seu posicionamento favorável às eleições no país antes e durante a campanha das Diretas Já!. Durante os logros da agenda econômica da ditadura, a Folha de São Paulo manteve uma relação elogiosa ao

regime. Porém, segundo Mota e Capelato(1981)⁵, o periódico paulista transformara sua postura frente ao regime militar de forma significativa a partir da segunda metade da década de 1970, com mudanças iniciadas em 1974 e aprofundadas depois do assassinato do jornalista Vladimir Herzog.

Em 1978, como resultado do fomento à postura crítica ao governo, o Conselho Editorial da Folha de São Paulo produziu um documento⁶ de orientação editorial para seus colaboradores. A partir de então, o jornal fixa uma nova e sólida identidade editorial voltada à defesa da abertura política e, durante a campanha pelas diretas, assume o exemplo da redemocratização argentina como um modelo positivo ao contexto brasileiro. Para demonstrar o posicionamento da Folha em relação à campanha pela eleição direta durante o período pesquisado, deu-se destaque às manchetes publicadas em sua primeira nas notas de rodapé que fazem referência as matérias analisadas neste trabalho.

A redemocratização no Brasil foi um evento de elevada importância na história política do tempo presente, pois está (re)fundada ali grande parte do arcabouço da atual organização política do Brasil e sua democracia, a formação da constituinte, a ampliação da fragmentação partidária e a reorganização de setores que disputam o poder em nossa sociedade. Como colocado por Lohn (2013)⁷, investigar o posicionamento da imprensa é investigar a participação de um agente intermediário que atuou entre o jogo político, protagonizados em maior parte por aqueles que defenderam a redemocratização ampla e guiada pelo voto direto e aqueles que estiveram alinhados aos planos do governo de manter o processo restrito, e o campo social, que poderia de alguma forma desequilibrar a balança e mudar os rumos do rito político no país.

Desta maneira, dada sua importância para o contexto atual e a compreensão do período da constituinte, novas reflexões sobre o tema se fazem importantes para os estudos da redemocratização no Brasil, já que este período representa um campo com muitos espaços a serem explorados. Pensar os processos de redemocratização a partir de

⁵ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Impres, 1981

⁶ “Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político” 1978— Documento disponível em MOTA; CAPELATO op. cit., cap. 4, p.239

⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Redemocratização brasileira e tempo presente: um ciclo narrativo no jornal Folha de São Paulo (1974-1985)”. XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH. Natal, 2013.

um recorte regional faz sentido ao se considerar o fato dos países do Cone-Sul também terem passados por períodos ditatoriais e, assim como estes, os processos de redemocratização ocorreram também de forma concomitante, guardando alguns anos de diferença, em alguns casos. Porém, o que se destaca aqui é que as redemocratizações nacionais não ocorreram de forma isolada do contexto regional e internacional, pelo contrário, sofreram influências de posições de potências internacionais e de debates que se desenvolveram comumente entre os vizinhos sul-americanos no referido período.

Capítulo 1 – O colapso argentino

A abertura política argentina foi originada a partir da ruína da ditadura militar que governava o país, que por sua vez foi esfacelada por intensas crises no campo social, econômico e político. A eleição de Raúl Alfonsín, em 1983, que significou um marco no processo de transição e consolidação democrática no país, pode ser entendida como o início do restabelecimento da democracia⁸ no Cone-Sul e do fim das ditaduras militares que governaram países da região à época. Apesar das diferenças e especificidades nacionais, o processo de redemocratização da Argentina, tanto pela sua antecedência em frente às demais aberturas políticas na região, quanto pela sua intensidade e por seus resultados, projetou reflexos nos anseios democráticos em alguns de seus países vizinhos.

Deste modo, o atual capítulo busca produzir uma análise sobre do processo de redemocratização da Argentina subsidie a compreensão de sua influência na abertura política brasileira de desenvolvida no mesmo período. Para isto, faz-se o uso das premissas teóricas propostas por Guillermo O'Donnell para análises comparadas a respeito dos processos de redemocratização na América Latina, pois o autor busca diferenciar e sistematizar os processos em categorias que exprimem suas respectivas características políticas e o modo pelo qual cada ditadura militar lidou com seu próprio desarranjo e decadência no cenário político interno.

Segundo O'Donnell, (1988) a transição argentina é classificada como uma “redemocratização por colapso”, onde observava-se que a persistente polarização política e a falta de consenso interno no país, agravada pela transgressão dos direitos

⁸ O que se entende por democracia neste caso é próximo ao que foi exposto por Ansaldi e Giordano (2012) ao tratar os processos de redemocratização em países latino-americanos. Para os autores, neste contexto, a palavra democracia faz referência não ao seu sentido filosófico, mas, sim, ao seu sentido empírico e descritivo, ou seja, não como a democracia deveria ser, mas como ela é. Esta concepção está baseada na diferenciação feita por Norberto Bobbio sobre o conceito, onde a ideia de democracia aqui adotada está ligada à tradição republicana moderna. Neste texto, adota-se a concepção proposta por Ansaldi e Giordano em que a democracia para o período estudado “*se trata de una concepción que se detiene en la observación del funcionamiento de las instituciones: libre accionar de los partidos políticos, elecciones periódicas sin restricciones o prohibiciones, condiciones de alternância en el ejercicio del poder, etc.*” Ver ANSALDI; GIORDANO, op. cit. cap 7, p. 501; e BOBBIO, Norberto. “Democracia” In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. Dicionário de política I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998, vol. 1. p. 694.

humanos⁹ por parte da ditadura militar e sua derrota na Guerra das Malvinas, leva o país a uma crise social, política e econômica em que saída mais plausível é o fim do regime e a convocação de eleições democráticas. Ao assumir o paradigma de transição por colapso, levanta-se aqui algumas questões a fim de orientar a sequência da análise: o que possibilita um colapso e quais suas características? Como o colapso pode condicionar o processo de transição?

Um Governo que mantenha o consenso dos cidadãos, mas perca sua eficácia, tornar-se-á improdutivo. Quando a situação persiste por um período longo, a perda de eficácia levará a uma diminuição do consenso, até chegar à ilegitimidade perante os cidadãos, e a um possível colapso. (PASQUINO, 1998, p. 694)

O colapso de um regime político pode ser caracterizado como quebra de sua governabilidade, em todos os termos. O trecho de Pasquino exposto acima expõe características importantes da falência da ditadura militar na Argentina: a ineficácia do governo como gerador da quebra de um mínimo consenso que havia em torno dele e, como consequência, de sua própria degeneração. Neste sentido, o contexto argentino torna-se ainda mais delicado, pois além de sua própria ineficácia no campo político e econômico, implica-se ao Proceso de Reorganización Nacional¹⁰, governo responsável pelo golpe e pela ditadura militar que precedeu o processo de redemocratização no país, a morte de milhares de pessoas em decorrência a perseguição política.

Outra característica do colapso é a falta de alternativa para sair da situação de crise intensa, se não o processo de redemocratização. Porém, mesmo em um cenário como este, verifica-se a necessidade de acordos políticos e um consenso mínimo entre

⁹ Algo que Guillermo O'Donnell chama de “gangsterización” de las Fuerzas Armadas que las acercó al sultanismo predatorio”(O'Donnell, 1988). Para o autor, o regime argentino, assim como o boliviano, foram exemplos emblemáticos de corrupção estatal, o que agravou ainda mais a situação dos respectivos governos. Ver O'DONNELL, op. cit., cap. 1, p. 15-36

¹⁰ Modo o qual se auto-intitulava a ditadura militar Argentina que governou o país de 1976 a 1983, em que teve como presidentes Jorge Rafael Videla (1976-1981), Roberto Eduardo Viola (1981), Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983). Durante o governo Videla buscou-se fundar um novo modelo de Estado para o país, através da “guerra anti subversiva”, também conhecida como “guerra suja”. É posto em prática um regime autoritário de caráter altamente violento e repressivo, que ficou marcado por diversos casos de perseguição política, tortura, assassinatos e sequestro de crianças. Ver ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A. 2005, cap.7 p.207-242.

os setores políticos e sociais envolvidos na crise. A existência de tais acordos é o atributo principal da “transição pactuada”, modelo mais próximo à abertura política brasileira. De certa forma, isto é um fator de aproximação entre os modelos de transição desenvolvidos por O’Donnell e uma evidência de que não se pode aplicar de forma rígida os conceitos por ele propostos.

No caso argentino, observa-se que, durante seu período no comando do país, o Proceso de Reorganización Nacional enfrentou diversas crises políticas, econômicas e sociais que foram minando o controle do regime sobre política local. Segundo Romero, três anos antes da abertura do processo de redemocratização no país, o governo militar iniciou debates sobre a possibilidade do fim regime e de acordos necessários para tal:

Desde 1980 los dirigentes del Proceso discutían la cuestión de la salida política. Les preocupaba la crisis económica, el aislamiento, la adversa opinión internacional – a en la que pesaban cada vez más los reclamos por los derechos humanos, que el gobierno intentaba minimizar tachándolos de “campaña antiargentina” – y sobre todo los enfrentamientos intestinos, que a la vez dificultaban los acuerdos necesarios para la salida buscada. (ROMERO, 2005 p. 229)

O conceito de crise¹¹ é elemento essencial ao se observar as possíveis condições para o advento de um colapso dentro de um regime político. A quebra da ditadura militar argentina se deu pelo acúmulo de crises intensas, em diversas áreas, que tornaram o funcionamento do governo inviável. Neste caso, a durabilidade limitada da crise, explorada por Pasquino, não foi suficiente para a superação da mesma por parte da regime militar argentino, pela simultaneidade e intensidade dos conflitos que enfraqueceram a ditadura.

Dentre as várias crises que atingiram o governo ditatorial de Jorge Rafael Videla, uma das primeiras, e de considerável importância para o início da abertura política, apontada pela bibliografia, é oriunda do contexto internacional. Depois dos

¹¹ Segundo Pasquino: “Crise é um momento de ruptura no funcionamento de um sistema (...) algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal (...) As crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Antes de tudo, pelo caráter de subaneidade e por vezes de imprevisibilidade. Em segundo lugar, pela sua duração normalmente limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema.” Ver Pasquino, op. cit., “crise”, p.305.

conturbados governos Nixon-Ford, marcados pelo caso Watergate, pela derrota na Guerra do Vietnã e pela interferência direta em governos democraticamente eleitos na América-Latina¹², a política externa estadunidense foi marcada por uma mudança de postura com a eleição de Jimmy Carter para a presidência do país em 1977. Segundo Moniz Bandeira, Carter fez da defesa dos direitos humanos um dos vetores de sua política externa¹³.

A virada da política externa estadunidense representa o endurecimento de pressões internacionais aos regimes ditatoriais do Cone Sul, marcados por casos de transgressões aos direitos humanos na forma de perseguições políticas, torturas e assassinatos. Em 1978, a Argentina recebeu a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para observar a situação do país. Na ocasião, o resultado da visita não foi favorável ao regime, como destacado por Ansaldi e Giordano¹⁴. Neste mesmo ano a Argentina foi sede da Copa do Mundo da FIFA, durante os preparativos para o evento internacional a Junta Militar argentina teve de enfrentar um significativo movimento de boicote ao campeonato como forma de protesto e recusa ao regime, decorrente da violação dos direitos humanos como um instrumento político. Em 1977, na França, formou-se o COBA¹⁵ com o intuito de fortalecer a campanha pelo boicote, que ecoou em outros países europeus como Holanda e Espanha¹⁶.

A mudança de rumos nas estratégias dos países protagonistas da Guerra Fria após a guerra do Vietnã causou alterações no cenário internacional e o posicionamento de países importantes frente às ditaduras latino-americanas foi direcionado ao questionamento dos métodos políticos destes regimes. As políticas de Carter em defesa dos direitos humanos estremeceram as relações da ditadura argentina com um importante aliado:

A Argentina já tivera a assistência militar reduzida pelo Congresso norte-americano, que a suspenderia completamente em 1978, em consequência dos crimes — torturas, homicídios, roubos e sequestro de crianças etc — praticados

¹² Ver AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP 2002, cap.5, p. 149-194

¹³ Ver BANDEIRA, Moniz. Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1932). São Paulo: Ensaio, 1995, 2ª edição. Cap.XVIII, p.257-272

¹⁴ Ver ANSALDI; GIORDANO, op. cit, Cap.7

¹⁵ COBA-Comité d'Organization pour le Boycotte a la Coupe du Monde en Argentine.

¹⁶ Ver MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. Cap.2 e 3.

como rotina de repressão, na guerra suja contra os Montoneros e os guerrilheiros do Ejército Revolucionário del Pueblo desde o advento do governo Videla. (BANDEIRA, 1995, p. 258)

Pode-se dizer que, entre outros motivos, tal cenário de adversidade esteve diretamente ligado à queda de Videla e a primeira ideia de abertura política limitada, discutida pelo regime em 1981 com a ascensão de Roberto Viola à presidência.

Os processos de redemocratização investigados nesta pesquisa são processos políticos, em que governos e partidos ocupam lugar de destaque neste rito, mas não de maneira isolada. Nos casos estudados é possível observar que diversos fatores sociais e econômicos exerceram grande influência na condução e desestabilização dos governos frente aos processos de transição. O colapso da ditadura argentina, baseado na incapacidade da Junta Militar de manter a governabilidade diante das dificuldades encontradas e das diversas crises que atingiram o governo de forma simultânea, tem no insucesso do projeto político e econômico, mas também na atuação da sociedade civil, fatores determinantes para falência do Proceso de Reorganización Nacional, implodido por diversos conflitos que se tornaram insuportáveis por atingirem seu ápice de forma concomitante.

Um dos primeiros sintomas da ruína do projeto do regime militar argentino foi o insucesso de sua agenda econômica. Segundo Cavarozzi, o golpe militar, que destituiu da presidência María Estela Martínez em 1976, inaugurou o protagonismo liberal na economia do país. O liberalismo ganhou força com militares a partir do golpe, os adeptos da corrente foram sempre antiperonistas, característica louvável aos olhos do regime, além de marcar posição crítica ao desenvolvimentismo e ao populismo, por considerar que estas características formavam um Estado débil. De forma contraditória à doutrina liberal, ocuparam o protagonismo com base em um Estado forte e controlador. Assim como a ditadura tentou implementar um novo modelo de estado, os economistas liberais pregaram a ideia do indivíduo singular, longe do coletivismo, a partir do desmantelamento de estruturas sindicais¹⁷.

¹⁷ Ver CAVAROZZI, Marcelo. "Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955" in: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. "Transiciones desde un gobierno autoritario- América Latina", cap.2, Vol.2. p. 35-78. Buenos Aires: Paidós, 1988.

De acordo com Cano (2000), nos primeiros anos do regime a política econômica foi ortodoxa, baseada no congelamento de salários e liberalização dos preços, junto à desregulamentação à finança e ao capital estrangeiro. Com a reforma financeira de 1977 ocorreu o aprofundamento da economia argentina na doutrina liberal, onde se institui fluxos de capital externo, aumento das taxas de juros e a abertura do mercado interno para competição estrangeira.¹⁸ Adiciona-se ainda o requerimento de privatizações de empresas públicas e redução dos gastos públicos, desmantelamento de subsídios e fixação de preços, além de incentivos fiscais pela via de diminuição das taxas à exportação e importação. Medidas estas que foram implementadas ao longo dos primeiros anos do governo Videla.

O Programa de Recuperación, Saneamiento y Expansión de la Economía Argentina, apresentado pelo ministro da economia Martínez de Hoz, em 1976, buscou implementar o modelo econômico acima descrito. O programa teve como principal objetivo equilibrar a economia argentina, reduzindo o déficit fiscal e controlando a inflação crescente na primeira metade da década de 1970. Porém, os dois primeiros anos de Hoz afrente da pasta econômica não foram exitosos e a inflação continuou crescente. Então, surge como ideia para enrijecer o controle inflacionário o lançamento da política chamada ‘tablita cambiária’¹⁹ no final de 1978.

A ‘tablita’ foi uma política de desvalorização do câmbio, que sobrevalorizou a moeda argentina, provocando o barateamento do dólar, o que impulsionou as importações, fazendo com que a balança comercial dos anos seguintes fechasse no negativo²⁰. Na prática, a política teve efeitos devastadores para a economia local, pois o “câmbio fez que os preços relativos industriais caíssem ainda mais e os juros reais crescessem, elevando os custos financeiros e a inadimplência das empresas”.²¹ A atração de capital estrangeiro e altos níveis de importação causaram queda na produção local, entre 1980 e 1981, conduzindo a Argentina a um processo de

¹⁸ Ver CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina- São Paulo:UNESP, 2000. cap. 2.

¹⁹ Medida classificada por Cavarozzi como o principal motivo gerador da crise econômica mais profunda da história da Argentina em —op. cit., “Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955”— texto escrito antes do conturbado início dos anos 2000 na economia argentina.

²⁰ Ver CANO, Wilson, op. cit., cap.2, p. 111.

²¹ Ver CANO, Wilson, op. cit., cap.2, p. 111.

desindustrialização²² e aumento do desemprego. Tal política cambiária ainda implicou desvalorização da moeda argentina em 400% em 1981, ampliando o problema da inflação.

A crise financeira e os problemas relacionados à política interna e externa ocasionaram a queda de Videla e de Martínez de Hoz do governo em 1981. Porém, os problemas de ordem política e financeira não cessaram. Com Viola a dívida pública, que se elevava durante a crise, cresceu ainda mais com a aprovação da lei de estatização da dívida privada²³, artifício adotado pelo governo para evitar a falência de empresas locais: “por essa Lei, o Estado se tornava responsável pela dívida privada, como compensação por não ter sido capaz de manter o regime anterior de câmbio sobrevalorizado” (CONCEIÇÃO, 2013, p.34). Com a perda de apoio internacional e a quebra do sistema financeiro, a ditadura militar perdeu seus principais pontos de sustentação. Quando estes fatores poderiam apontar no aceleração do processo de transição, a junta militar promoveu a troca do comando do executivo, nomeando o general Leopoldo Galtieri à presidência. Com a mudança de rumo do governo militar, a Argentina volta a alinhar-se aos Estados Unidos, principalmente a partir da vitória de Ronald Reagan e a nova mudança na política externa estadunidense, onde o país sul americano passou a colaborar de forma mais ativa na empreitada norte-americana na América Central, aumentando a importância da Argentina para os Estados Unidos na região²⁴.

Para além do fracasso político e econômico, o colapso do sistema autoritário argentino não seria absoluto, a ponto de tornar-se insustentável, sem a fundamental atuação da sociedade civil no processo. Franco defende que, diante de seus principais momentos de insucesso político e econômico, o regime apelou ao nacionalismo ao demandar causas valorosas ao patriotismo da sociedade argentina, a fim de criar o

²² CONCEIÇÃO, Bruno Negreiros. A política econômica e o desenvolvimento argentino pós-2002: uma agenda de economia política internacional. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

²³ Lei 11.723, de 1º de novembro de 1981.

²⁴ BANDEIRA, Moniz. op. cit. Cap.XVIII, p.263-264

sentimento de coesão em volta do governo, no caso, por ser o defensor da causa e dos interesses dos cidadãos argentinos, buscando assim manter apoio popular²⁵.

É possível perceber que a busca por legitimidade, diante da sociedade em geral, de governo autoritário em processo de crise, é essencial para observar o modo em que se dá o rito de redemocratização em cada país. No caso argentino pesa o fracasso no campo político e econômico, além do crescente clima contestatório dos últimos anos da ditadura, onde a derradeira tentativa de adquirir aceitabilidade perante sua sociedade foi por meio da aglutinação de apoio social pautado nos anseios nacionalistas.

Neste sentido, o caso mais emblemático de tentativa de criação de coesão nacional está relacionada à investida de ocupação das Ilhas Malvinas/Falkland Islands, em que *“desde la perspectiva de los militares, una acción militar que condujera la unificación de las islas permitiría unificar a las Fuerzas Armadas tras un objetivo común y ganar la cuestión de legitimidad ante una sociedad visiblemente disconforme”*. (ROMERO, 2005, p. 231)

O declínio da legitimidade do governo militar possibilitou o novo fortalecimento de entidades importantes da sociedade civil, como sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos, somados ao ativismo pelos direitos humanos, que cumpriram papel essencial durante a transição. A partir da derrota militar na Guerra das Malvinas, o ganho de apoio social adquirido pela causa nacionalista foi revertido na virada de posição da opinião pública, que passa a contestar o regime de forma mais veemente, agregando força aos movimentos sociais e políticos que apontavam nesse sentido, ao cobrar respostas a respeito dos assassinatos e desaparecimentos durante a guerra suja.

Assim, pode-se observar, retornando à primeira questão levantada no início do capítulo, que a principal condição para colapso do poder autoritário e de um processo de reabertura democrática como consequência, foi, no caso argentino, a falência do projeto político da ditadura militar e a ruína de suas bases de legitimidade. A partir da junção da contestação interna e externa a respeito da violação de direitos humanos, a perda de

²⁵ Marina Franco expõe que a Copa do Mundo de 1978 foi utilizada pelo regime como forma de resposta às acusações internacionais a respeito da transgressão dos Direitos Humanos em sua política repressiva. Outro caso apontado como estimulador de coesão social por meio do nacionalismo foi a questão das Ilhas Malvinas.

apoio internacional— simbolizado pelo distanciamento da aliança com os EUA—, a síncope do sistema financeiro, a alta da inflação e os problemas econômicos, somados à derrota nas Malvinas e o crescente descontentamento da sociedade, apresentou-se ao regime militar argentino um estorvo em que única saída era pela via da redemocratização.

Pode-se até conjecturar que um novo endurecimento do regime, no sentido repressivo, pudesse configurar em uma possibilidade de manutenção do poder, mas é algo difícil de se sustentar, ao se observar o panorama que apontava para a falta de argumento que ratificasse essa manutenção, dado a falência de toda agenda imposta pelo regime. Portanto, a redemocratização por colapso se concretizou como a falta de opção política plausível para que o governo autoritário se sustentasse.

Documentos oriundos da embaixada brasileira em Buenos Aires alertavam para o quadro de incertezas no campo político argentino já em 1982²⁶. O registro chama a atenção para a fragmentação do colegiado de poder que naquele momento governava o país, agravado pelo fracasso militar nas Malvinas. O afastamento de Leopoldo Galtieri da presidência do país, em junho de 1982, foi responsável por intensificar a divisão dentro da cúpula militar. Sob o comando de Reynaldo Bignone, o país tentou contornar a crise militar, social e econômica, mas sem grande sucesso; e com o enfraquecimento do regime, a classe política inicia a reorganização dos quadros partidários a fim de tratar da transição. O nome de Raúl Alfonsín já figurava no monitoramento brasileiro como um dos líderes do movimento político e possível candidato a presidência do país antes do encaminhar das eleições.

Diante das pressões populares e dos desdobramentos das crises, o governo aceitou a eleição popular para definir a sucessão presidencial no segundo semestre de 1983. A eleição de Alfonsín representou um marco que pôs fim ao período sombrio do Proceso de Reorganización Nacional e que prometia recolocar a Argentina no caminho

²⁶ Esta documentação foi extraída do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), além dos documentos de ordem diplomática, há fundos do Conselho Nacional de Segurança que direta, ou indiretamente, também tratam do assunto. A documentação encontrada é extensa e não foi possível a verificação total durante esta pesquisa. Foram selecionados para este e os próximos capítulos relatórios que mais se adequam ao tema.

democrático depois de anos de governos autoritários que governaram sob um Estado de exceção.

Coube a Alfonsín, contando com apoio popular, o papel de fortalecer as bases democráticas para reinserir e consolidar a democracia como sistema político, em uma sociedade composta por instituições e entidades civis que estiveram ao lado do poder ditatorial e que precisaram se encaixar na ideia da coexistência pacífica dentro de um regime democrático.

El presidente Alfonsín tenía detrás de sí una enorme fuerza: la civilidad (...) con la propuesta de construir un Estado de derecho, al cual esos poderes corporativos debían someterse y consolidar un conjunto de reglas, capaces de zanjar los conflictos de manera pacífica ordenada, transparente y equitativa. Era poco y muchísimo: se trataba de una identidad política fundada en valores éticos que subsumía intereses específicos de sus representantes(...) (ROMERO, 2005, p. 244)

Com isso, pode-se dizer que, em um primeiro momento, que a construção de Estado de direito embasado na ética e em valores de civilidade é base da política de reinserção da Argentina na comunidade internacional, adotada por Alfonsín em seus primeiros anos de governo.

No início do governo Alfonsín a crise econômica é deixada em segundo plano, pois questões políticas estiveram no centro das atenções do novo presidente, “*lo fundamental era eliminar el autoritarismo y encontrar los modos auténticos de representación de voluntad ciudadana*” (ROMERO, 2005, p. 244) Para isso, buscou-se atacar os alicerces do autoritarismo construídos na sociedade e dentro das instituições pela ditadura militar. Entre as medidas com este intuito pode-se destacar o desmanche do aparato repressivo presente em vários segmentos da sociedade, que significou o fim de diversas amarras e restrições ao campo da opinião pública e ao setor acadêmico, o incentivo a volta dos exilados políticos e o apelo a civilidade como forma a apaziguar os ânimos para que fosse possível a resolução de conflitos sociais e a construção de uma política pacifista.

Como veremos no decorrer da pesquisa, o posicionamento de Alfonsín frente ao autoritarismo e suas ações pela consolidação do funcionamento das instituições dentro

de uma normalidade democrática nos primeiros meses de governos, rapidamente colocaram o caso argentino como um modelo de transição perante os regimes ditatoriais em alguns países vizinhos. Primeiro, por ter sido no Cone-Sul o primeiro a findar sua ditadura no início dos anos 1980, portanto o primeiro a expor um modo de transição. Segundo por ter na ação popular, tanto no processo de enfraquecimento da ditadura, como na decisão da sucessão presidencial, um dos seus principais trunfos. Terceiro, pelo envolvimento direto e indireto nas discussões internas de Brasil e Paraguai a respeito de suas respectivas aberturas políticas.

Capítulo 2- A crise da ditadura brasileira.

A ditadura militar brasileira²⁷ idealizou seu próprio projeto de abertura política, imposto durante um período aproximado de dez anos, no decurso dos governos de Geisel e Figueiredo. Apesar do aparente controle da cúpula militar sobre o processo de redemocratização, o período foi marcado por intensas lutas no campo político e social²⁸. Pressionado por vários setores da sociedade civil e por crises econômicas, políticas e militares, o governo retroagiu quanto ao uso de alguns mecanismos políticos autoritários. Por outro lado, ampliou gradualmente, o espaço de ação da oposição, o que possibilitou o fortalecimento de movimento pela redemocratização do país. Para além das disputas políticas envolvendo governo e oposição, os conflitos no decorrer da abertura política foram ainda mais duros entre militares e sociedade civil, onde atentados a bombas e grandes manifestações demonstraram tensão e o clima pouco amistoso em torno do processo de redemocratização no Brasil.

À luz das considerações acima, procura-se neste capítulo analisar o processo de redemocratização no Brasil a partir do enfraquecimento da ditadura militar que governou o país até 1985. Há também o intuito de refletir a respeito da abertura política que seguiu, em grande medida, a proposta do governo, mas não foi totalmente controlada pelo mesmo. Assim, busca-se demonstrar que o processo de redemocratização brasileiro, classificada por O'Donnell (1988) como “transição pactuada”, não foi inteiramente cometido por acordos que garantiram ao governo uma transição tranquila.

Diante da diferenciação conceitual estabelecida para compreensão da redemocratização de Brasil e Argentina, Ansaldi e Giordano (2012) salientam que há

²⁷ Junta militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Dividiu-se entre os governos de Humberto Castelo Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985). Cada período pode ser caracterizado de uma forma quanto aos seus interesses, ações e justificativas de auto-legitimidade. Em termos gerais, o período da ditadura militar brasileira caracterizada pela tentativa de externar uma normalidade institucional, quando na verdade havia perseguições políticas, dentro e fora de órgãos públicos, sequestros, torturas e assassinatos, levados a cabo pelos serviços de inteligência com aval do respectivo chefe do executivo, em geral, em nome da segurança nacional, dentro do contexto das disputas da guerra fria e por disputas políticas específicas do contexto brasileiro. Ver SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. “Brasil: uma biografia”. cap. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, cap. 18. e FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio. Rio de Janeiro: Record, 2005.

²⁸ Ver SCHWARCZ; STARLING op. cit., cap.17 e 18, p.468.

um aspecto comum entre esses processos e todos os outros casos de transição democrática: todos foram iniciados em situação de ditadura. A partir do contexto brasileiro e argentino, é possível observar dois caminhos para o desenvolvimento dos processos, quanto à forma que o regime autoritário se relaciona com a transição. O governo ditatorial pode se manter no poder até que a crise evolua a uma situação insustentável e a transição seja feita sem muito controle ou poder de negociação por parte do governo, diante de sua fragilidade frente à crise do regime, como no caso argentino. Ou, o governo pode planejar sua retirada, mantendo o controle da oposição e garantindo uma posição minimamente confortável durante o processo, como no caso brasileiro. Porém, tais decisões dependeram de uma série de fatores e implicações específicas ao contexto de cada ditadura.

O regime militar brasileiro iniciou o planejamento da abertura política do país a partir de 1975, logo após o general Ernesto Geisel ascender à Presidência da República. De acordo com Schwarcz e Starling (2018), Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, general braço-direito do presidente, idealizaram uma transição “lenta, gradual e segura” do regime ditatorial para o democrático. O controle sobre o processo, que em tese impediria que os setores combatidos pela ditadura de se aproximarem da zona de poder do Estado, foi entendido como uma forma de garantir a manutenção de uma posição confortável para os militares durante e após aqueles anos de transição e certificar a segurança política contra a ameaça subversiva.

A política de abertura controlada, iniciada em 1975 pelo governo do General Geisel, também poderia ser a solução para manter a oposição longe do executivo, de modo a garantir que a alternância de poder se realizasse de maneira tutelada e restrita aos círculos civis aliados e sem riscos institucionais. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.468).

Geisel passou a ocupar a presidência quando o governo já possuía um forte controle da situação política do país, por meio da censura aos veículos de comunicação e perseguições políticas. O controle sobre as várias formas de oposição à ditadura foi possibilitado pelo aumento do poderio dos serviços de inteligência do governo, o que

tornou o aparato repressivo do governo letal em suas atribuições²⁹. A repressão, concretizada em torturas, assassinatos, desaparecimentos e cassações de direitos individuais, teve importância vital para a manutenção do domínio do contexto político à época, que por sua vez garantiram ao governo as condições necessárias para colocar em prática sua agenda política. A importância do serviço secreto era tamanha para ditadura militar que, segundo Figueiredo, estes órgãos “formaram um máquina de guerra criada para eliminar o inimigo” (FIGUEIREDO, 2005, p.245), e mesmo depois do objetivo alcançado, os responsáveis pela ”máquina” continuaram a ocupar posições chaves dentro do governo e a fortalecer estes órgãos, além de agir por conta própria e ser parte fundamental da ditadura militar.

De acordo com Figueiredo³⁰, a expansão da importância, da capacidade de ação dos serviços de informação³¹ e da própria repressão do regime militar, diante da natureza de suas práticas, naturalmente opunha estes órgãos à ideia de abertura para democracia. O principal aspecto que embasa esta oposição à abertura política é a manutenção da própria posição de relevância desses serviços para o regime militar, porque a ideia de democracia, em tese, não pressupõe a existência de inimigos a serem monitorados, eliminados ou controlados, atingindo assim a razão de ser destes órgãos.

Deste modo, o desenvolver das atividades dos serviços de repressão e a dificuldade de controle dos próprios quartéis também são apontados por Schwarcz e Starling como aspectos motivadores para a idealização do projeto de abertura política por Geisel e Golbery. “Primeiro, porque a vida política e a incumbência de zelar pela segurança interna estavam afetando os quartéis e revelando-se um risco para os interesses da instituição. Segundo, porque a ditadura envenenara a estrutura interna da das Forças Armadas” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.467). Assim, o embate entre *duros* e *moderados*³², vertente a qual pertencia Geisel, em torno da abertura política

²⁹ FIGUEIREDO. op. cit., cap. “1974-1979: a filosofia do porão” e “1979-1974: o anti-Brasil”

³⁰ FIGUEIREDO. op. cit., cap. “1974-1979: a filosofia do porão”.

³¹ Aqui faz-se referência ao SNI (Serviço Nacional de Informações), CIE (Centro de Informações do Exército), Cenimar (Centro de Informações da Marinha), Cisa (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), DOI (Destacamento de Operações de Informações). Com exceção do SNI, os demais órgãos, além de operar no campo de levantamento e monitoramento de informações secretas, também atuaram diretamente em operações repressivas.

³² Grupos formados dentro das Forças Armadas que representaram as diferentes perspectivas de entendimento quanto ao modo de atuação do governo. Duros e moderados se alternaram no comando da ditadura militar. Dentre os presidentes do regime, pode-se colocar Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e

demonstra uma relevante fragmentação em uma importante base de apoio governo, sendo que tal discordância não foi superada durante todo o período do processo de transição.

Para classificar a transição brasileira como um rito de “redemocratização pactuada”, proposta por O’Donnell, é necessário assumir a ideia de que o processo brasileiro foi controlado a partir de grandes acordos liderados pelo regime militar. De certo modo, tal conceito torna válida a ideia de que a transição lenta, gradual e segura da ditadura brasileira, planejada por Geisel e Golbery e levada a cabo pelo governo Figueiredo, teve sucesso.

Para sustentar esta ideia, O’Donnell interpreta que, apesar do terrível legado econômico deixado pelos militares na década 1980, o regime brasileiro foi o único que conseguiu sucesso no setor e por isso teve o processo de transição sob controle, ainda completa afirmando que a desmobilização popular também foi fator determinante para tal: *“Además, el sector popular brasileño, por diversas razones históricas, está débilmente organizado y muy poco activado políticamente. Estos factores fueron cruciales para el alto grado de control que el régimen brasileño pudo ejercer sobre la transición(...)”*(O’DONNELL,1988, p.20)

Esta pesquisa corrobora em parte com essa narrativa, porém, o que se busca aqui é questionar o sucesso do projeto de Geisel e Golbery, que embasa a ideia de “redemocratização pactuada”. De fato, o projeto de redemocratização do regime militar foi lento, durou cerca de dez anos. A gradualidade também foi uma característica marcante, primeiramente com o intenso controle sobre as eleições de 1978 e depois com a abertura gradual materializada pela lei de anistia em 1979 e as eleições diretas para os cargos de governadores estaduais em 1982. Porém, a segurança não foi uma aptidão deste processo, como demonstra a fratura entre duros e moderados, a crise econômica, o apoio popular às eleições diretas e os diversos atentados à bomba no período.

Deste modo, por meio das seguintes questões, lança-se aqui uma reflexão a respeito deste pacto, demonstrando seus limites e fraturas, assim como sua instabilidade

Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), como representantes da linha mais radical entre os militares e Castelo Branco (1964-1967) e Ernesto Geisel (1974-1979) como moderados, João Batista Figueiredo (1979-1985), segue a linha de Geisel e o seu projeto político para abertura.

no decorrer do processo político: o que faz o processo brasileiro ser interpretado como um pacto? Existiram no processo brasileiro características de um colapso? O que pode ter impedido o colapso político do país? Havia realmente uma grande desmobilização popular em torno do processo de redemocratização?

O caso brasileiro guarda diferenças e semelhanças quando comparado ao contexto argentino. No Brasil também é possível observar condições para o colapso político, que não se desenvolveu. Ao observar a bibliografia adotada, é possível afirmar que, assim como na Argentina, o regime militar brasileiro experimentou em seus anos finais crises internas — entre os próprios militares—, derrotas no campo político, pressão da sociedade civil— primeiro pela anistia política aos exilados e depois pela eleição direta para presidente— e uma forte crise econômica que minou importantes pontos de apoio do governo. Entretanto, por que a transição democrática não se concretizou de maneira a partir de uma ruptura?

Ao observar a bibliografia adotada, é perceptível que alguns autores convergem sobre a ideia de que a base de legitimação da ditadura brasileira esteve concentrada no campo econômico. O'Donnell argumenta que o pacto brasileiro foi possibilitado pelo êxito econômico do regime durante seus dez primeiros anos, o que concedeu à ditadura brasileira capital político e apoio eleitoral, para que o governo pudesse assumir o controle do processo de transição³³. Na mesma linha de argumentação, Martins (1988) afirma que a base da governabilidade do regime consistiu na concessão de benefícios econômicos em troca da supressão de liberdades políticas³⁴— aqui se faz um adendo, pois tal supressão significou mais do que apenas a perda do direito de votar ou de se manifestar livremente. Neste pacote esteve incluso perseguições políticas que findaram em extrema violência física, assassinatos e desaparecimentos dos perseguidos políticos, além do sistema repressivo que possibilitou as práticas econômicas do regime. Outro ponto que tem que ser destacado neste argumento é que tais benefícios econômicos ficaram mais concentrados nas elites e na classe média. Martins conclui que as consequências de uma crise financeira para o regime era mais grave que os prejuízos

³³O'DONNELL op. cit., cap.1. p. 30

³⁴MARTINS, Luciano. “La “liberalización” del gobierno autoritario en Brasil” in: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. “Transiciones desde un gobierno autoritario- América Latina”, Cap.4, Vol.2. p. 113-146. Buenos Aires: Paidós, 1988.

econômicos, pois significava também uma crise política com capacidade de erodir o apoio social e empresarial ao governo, tamanha a importância deste setor para a manutenção do poder.

De fato, a crise econômica que atingiu o Brasil na segunda metade da década de 1970 desestabilizou o regime e motivou mudanças nos planos de reabertura política. A crise do petróleo e a retração da economia internacional na virada da década contribuíram para a desaceleração do crescimento econômico do país e para escalada inflação que se tornou quase incontrolável entre 1975 e o começo da década de 1980, além do aumento da dívida pública³⁵. Neste momento observa-se a formação de grupos de empresários favoráveis à reabertura política pelo afastamento dos interesses do setor privado aos do regime militar, que ali adotara uma política de controle econômico e de estatização. Se no primeiro momento da ditadura os interesses empresariais foram ao encontro do autoritarismo político, no final dos anos 1970 parte dos empresários demonstraram atração pelo liberalismo econômico da democracia burguesa³⁶. No ápice da crise financeira se evidenciaram as falhas do modelo econômico da ditadura brasileira, pois, “a despeito das elevadas taxas anuais de crescimento (a do PIB foi de 8,9%), provocou drástica piora na concentração de renda e contribuiu para o deterioramento das áreas urbanas, agravando a questão social no país” (CANO, 2000).

A crise econômica favoreceu o enfraquecimento do governo militar e revigorou a oposição no campo político e social. A reorganização dos sindicatos e da mobilização da classe estudantil possibilitou a ocorrência de movimentos e manifestações que exerceram pressões no governo no final da década de 1970. Neste contexto se dá a escolha do general João Baptista Figueiredo para a presidência da república, o qual foi inclusive chefe do SNI antes de assumir o cargo máximo do poder executivo. João Figueiredo teve apoio de Geisel e, de certa forma, assumiu o projeto de tratar a transição de forma lenta a partir de 1979. Foi no governo Figueiredo o momento de maior instabilidade do governo, quanto ao controle sobre a abertura política. A supressão dos atos institucionais, que possibilitaram a bruta repressão da ditadura militar, possibilitou

³⁵ Ver CANO op. cit., cap.3, p.187-207.

³⁶CARDOSO, Fernando H. “Los empresario y el proceso de transición: el caso brasileño” in: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. “Transiciones desde un gobierno autoritario- Perspectivas comparadas”, Cap.6, Vol.3 p. 213-236. Buenos Aires: Paidós, 1988

um maior espaço de ação para a organização da mídia, movimentos sociais e grupos políticos opositores ao governo.

A abertura gradual foi alvo direto de dois setores da sociedade no início da década de 1980, dois setores que buscaram, de formas distintas, acelerar ou travar a redemocratização. Um que buscava a ruptura total com o regime, parte considerável da sociedade civil. Outro que se via diretamente ameaçado pela redemocratização, agrupamentos militares. A Lei de Anistia³⁷, sancionada por Figueiredo, apaziguou os ânimos de um desses setores e exaltou do lado contrário. A anistia trouxe ao país a sensação de armistício para o conflito duro da ditadura com seus opositores. Assim, os serviços secretos e informação perderam uma de suas principais atribuições.

Lucas Figueiredo (2005) defende que, apesar da existência da concretização da abertura política a partir de 1979, o regime mantinha, na figura dos órgãos de repressão que não foram extintos, o *modus operandi* dos anos mais sombrios da ditadura³⁸. Durante o período de redemocratização, isto se concretizou nos atentados a bomba promovidos por membros das forças armadas com o intuito de frear a abertura. Dentre estes atentados, destacam-se as explosões em bancas de jornal, motivadas muitas vezes pelo posicionamento mais contundente de alguns periódicos a favor da abertura. Outro caso de destaque foi a explosão de uma carta-bomba que matou uma secretária na sede da OAB no Rio de Janeiro, entidade que também se posicionou a favor da redemocratização.

Porém, um consenso entre a bibliografia³⁹ estudada para tema é que o fato mais emblemático para demonstrar como o descontentamento em setores da caserna contribuíram para a instabilização do governo foi o atentado no Rio Centro⁴⁰. Em um

³⁷ Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

³⁸ Ver FIGUEIREDO. op. cit., cap. “1979-1985: Apesar de você...” para a reação desses grupos e os atentados a bomba.

³⁹ Além das obras citadas, ver também SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). O Brasil republicano. O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243-281

⁴⁰ Segundo Lucas Figueiredo, o atentado no Rio Centro foi a concretização da falta de controle da ditadura militar sobre sua máquina repressiva. Como consta no trabalho do autor, o atentado envolveu 15 homens em sua execução mal sucedida. O plano previa a explosões em uma subestação de energia que abastecia o local do evento, que por sua vez teve 28 de suas 30 portas trancadas. Os explosivos que seriam colocados dentro do próprio evento, que deveriam atingir e causar alvoroço na multidão que acompanhava os shows,

evento comemorativo do dia do trabalhador promovido pela Cebrade⁴¹, no dia 30 de abril, o qual contou com grandes artistas da música popular brasileira, uma bomba explodiu em carro que abrigava dois sargentos, três explosivos e duas granadas. O evento foi a bruta concretização da oposição interna que o projeto de abertura sofreu entre as alas mais radicais do regime, desde sua proposição por Geisel e Golbery. Golbery inclusive deixou a chefia do Ministério da Casa Civil motivado pelo episódio no Rio Centro. A ligação de membros do governo com o atentado e a falta de esclarecimentos após as investigações, feitas pelo próprio exército, colaborou para a instabilidade do governo e para o fortalecimento dos movimentos pela redemocratização, demonstrando que o processo não foi isento de violência, nem tão controlado e seguro.

O campo político também foi alvo de derrotas do regime militar. Nas eleições de 1974, quando os êxitos do MDB ao obter maior número de parlamentares eleitos do que o esperado ameaçaram o poder do regime militar, o governo reagiu ao impor normas de controle ao poder legislativo para manter o domínio da reabertura política já planejada⁴² nas eleições seguintes. As medidas surtiram efeito e as eleições parlamentares de 1978 foram mais favoráveis ao regime. Como mais um instrumento de controle do regime sob o processo de redemocratização, também foi lançado o “pacote de novembro”⁴³, pós-reforma partidária de 1979.

As eleições de 1982 poderiam ter significado um avanço para a abertura democrática, dado que, pela primeira vez desde a instauração da ditadura, houve uma relativa renovação política com a vitória de governadores de oposição nos principais estado do país, assim como pela significativa obtenção de cadeiras na Câmara dos

estouraram ainda no carro com dois sargentos responsáveis pelo atentado, fato que impediu uma tragédia ainda maior.

⁴¹ Centro Brasil Democrático.

⁴² A Imposição de medidas de controle político em 1977 que ficaram conhecidas como o Pacote de Abril, que, além do fechamento temporário do Congresso Nacional, intensificou o domínio sobre os meios de propaganda política em prol do partido governista, ARENA, e criou uma reserva de cadeiras no Senado Federal para manutenção do controle do ciclo político a partir das eleições de 1978, mas também projetou mais uma etapa do processo abertura do regime ao marcar para 1982 eleições diretas para governador.

⁴³ A reforma eleitoral em 1981 estabeleceu a proibição de coligações partidárias e a obrigatoriedade do voto em um único partido para todos os cargos eletivos, assim, o voto do eleitor que votasse em mais de um partido era considerado nulo. Deste modo, Pacote de Novembro consistiu em medidas do governo para controlar as eleições de 1982 e manter a primazia do PDS, partido governista, sobre o cenário político nacional.

Deputados por esses partidos. Apesar do avanço e de tentativas significantes, o campo político não teve forças suficiente para concretizar a abertura naquele momento.

Apesar da crise econômica, que trouxe dificuldades políticas e gerou uma crise social no Brasil no início da década de 1980, de acordo com Martins, a erosão do apoio popular e político e empresarial à ditadura não se configurou em ganho à causa da oposição e à ruptura com o regime ditatorial. Uma das razões apontadas pelo autor é a falta de articulação entre o campo social e político, que fez com que a oposição não tenha alcançado uma posição favorável para ditar as regras da transição, isso pode ser apontado como algo que tenha impedido a síncope do regime militar brasileiro durante a redemocratização, garantindo assim o domínio, não absoluto, do governo sobre o processo⁴⁴. Logo, a atuação da sociedade durante a transição de regime político representa um dos aspectos de diferenciação fundamentais entre os processos de Brasil e Argentina, dado que a movimentação popular foi determinante para o desenvolver do colapso argentino⁴⁵.

Porém, apresenta-se aqui uma ressalva quanto à ideia de desmobilização da sociedade brasileira, já que o processo de redemocratização brasileiro teve pelo menos dois movimentos populares importantes. O primeiro, a campanha pela Lei de Anistia e o segundo, o movimento Diretas Já!, que não tiveram a capacidade de romper a ordem do regime porque não tiveram essa intenção. O mais próximo disso foi o próprio movimento das Diretas Já! que pregava o restabelecimento da eleição direta para presidente república, mas que em sua essência foi um movimento de apoio a um projeto de lei, que esteve encaixado dentro de uma lógica burocrática do Estado.

A categorização da transição brasileira como um processo pactuado é embasada na impressão de controle que o desfecho dos fatos que compuseram o processo nos proporciona. O projeto de abertura gradual pensado por Geisel e Golbery, a atuação de articulação do senador Petrônio Portela, que junto com Golbery foi responsável por encontros e reuniões com importantes entidades da sociedade civil em que pregaram a

⁴⁴ Ver MARTINS op. cit. cap.4, Vol.2. p. 113-146.

⁴⁵ O que pode ser apontado como um fator determinante para a desmobilização da sociedade civil brasileira no processo de redemocratização é o caráter conciliatório e abrangente da Lei de Anistia de 1979, que, apesar de ter oxigenado a política local com a volta do exilados, forneceu segurança jurídica aos agentes da ditadura, criando-se assim um ar normalidade e convivência quase que harmônica entre perseguidores e perseguidos durante a transição.

segurança e sucesso da lenta distensão política, juntamente com o insucesso das pressões populares, reforçam tal imagem de domínio do governo sob o processo de transição⁴⁶. A transição pode ser entendida como pactuada por conta do seu desfecho e por ter sido um processo restrito onde o poder decisivo esteve suficientemente controlado pelo governo.

Entretanto, observa-se neste processo fraturas causadas por crises políticas, econômicas e sociais que alimentaram intensas lutas no campo político e social que representaram tentativas de ruptura do controle militar sobre a redemocratização, demonstrando instabilidade do projeto de transição proposto pela ditadura e a razão de se questionar o sucesso total do pacto diante da própria divisão dentro do regime militar em relação à abertura política. Assim, esta instabilidade e os diversos conflitos em torno da redemocratização brasileira chegaram a aproximar a ditadura de um colapso, que de fato não ocorreu.

É possível observar que os processos de crise das ditaduras de Brasil e Argentina têm pontos semelhantes quanto às causas de instabilidade do regime, porém grandes diferenças em seu desenvolver. As características do colapso argentino, que se concentraram em um curto espaço temporal, também se apresentam no processo brasileiro, porém de forma mais diluída e não concomitante. O período de transição política no Brasil foi extenso e o trunfo econômico do regime militar deu à ditadura relativo apoio popular e permitiu um mínimo controle sobre o processo político durante a maioria desses anos, o que possibilitou amenizar os impactos das crises políticas e sociais, impedindo uma ruptura total e imediata que invertesse a posição de poder dos militares.

Fatos como a imposição de aspectos inegociáveis por parte dos militares durante o processo de redemocratização⁴⁷, que viabilizaram a saída dos militares de forma intocável sem consequências pelos crimes da ditadura, embasam a ideia de pacto político pela redemocratização no Brasil e o seu sucesso, enquanto no caso argentino o

⁴⁶ Ver SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, op. cit. cap. 18.

⁴⁷ Martins expõe como aspecto inegociável a possibilidade dos militares serem chamados para explicar os casos de crimes e torturas praticados durante a ditadura (Martins op. cit. cap.4, Vol.2, p. 113-146). Já Schwarcz e Starling acrescentam o interesse dos militares na manutenção dos aparatos de informação, como o serviço de inteligência e de segurança das Forças Armadas (Schwarcz e Starling, op. cit. cap 18, p.467-497)

colapso é embasado no cenário de enfrentamento do poder civil aos militares durante o primeiro governo democrático. Mas, como veremos no capítulo posterior, apesar das diferenças entre os dois casos, estes processos dialogaram e as discussões sobre a redemocratização foram consideravelmente influenciadas pela abertura argentina.

Capítulo 3- O “efeito Alfonsín” e o anseio pelas diretas

Os anos de 1983 e 1984 foram de fundamental importância para os processos de redemocratização de Brasil e Argentina, pois, além de representarem os derradeiros anos de regime militar, também foram marcados por tentativas de rupturas dos projetos de transição destes governos em ambos países. Neste período e de forma quase concomitante, os setores político e civil passaram a ocupar o protagonismo nas discussões a respeito dos processos de redemocratização na Argentina e no Brasil.

Os referidos processos de transição chegaram aos seus respectivos ápices quase ao mesmo tempo. Por características próprias, o processo de redemocratização argentino progrediu de forma mais abrupta e intensa do que o brasileiro, o que os colocou em diferentes estágios no mesmo período. Enquanto a Argentina esteve, no segundo semestre de 1983, realizando eleições diretas, setores da sociedade civil brasileira movimentavam-se com os mesmos anseios. Deste modo, este capítulo busca tratar a influência da redemocratização argentina e sua variação durante os quase sete meses que separaram a abertura da eleição presidencial na Argentina, em outubro de 1983, e a votação da emenda constitucional Dante de Oliveira, em abril de 1984. Para isso faz-se o uso de matérias da Folha de São Paulo, jornal que se posicionou a favor das eleições diretas no Brasil, e relatórios do Conselho Nacional de Segurança que monitoraram a situação de Brasil e Argentina no período mencionado.

Guillermo O'Donnell (1988) argumenta que cada modelo de transição implica diferentes condições para o restabelecimento da democracia a cargo de um governo de consolidação. Para o autor, os processos desencadeados pelo colapso político de uma ditadura possibilitam o estabelecimento de um sistema democrático mais completo, com menos amarras e restrições em relação ao governo anterior, pela condição de vulnerabilidade do regime destituído⁴⁸. No caso argentino, observa-se, devido a síncope do regime autoritário, a ruptura total que leva a de forma quase imediata o processo político ao campo eleitoral. Como consequência, surge, entre os postulantes ao novo governo, a pouca necessidade de estabelecer acordos e a possibilidade de assumir em campanha eleitoral discursos mais rígidos e afrontosos aos agentes da ditadura.

⁴⁸ O'DONNELL op. cit., cap.1

Em contrapartida, o processo de transição no Brasil esteve mais suscetível a amarras e condições que impediram o seu claro desenvolver pela via da participação popular direta. Assim, a transição pactuada, como classificada por O'Donnell, além de acarretar um processo mais restrito a decisões tomadas em ciclos fechados, ainda implica ao governo que assume o papel de fomentar a consolidação do sistema democrático várias amarras e restrições originadas nos acordos para a transição de regimes.

Observa-se que cada modelo estabelecido pode condicionar o desenvolvimento do processo de redemocratização e da própria consolidação da democracia, ou seja, pacto e colapso implicam diferentes níveis de restrições e liberdades ao processo de transição e ao governo responsável pela consolidação de um novo sistema político no país. Apesar das diferenças de conjuntura, organização e motivação dos respectivos processos de transição, a redemocratização argentina foi assimilada pela Folha de São Paulo, e por parte da imprensa favorável ao caminho das eleições diretas, como um modelo positivo para abertura brasileira pelo feito da escolha do presidente passar pelo crivo do voto popular.

Setores da oposição com grande apoio popular e da sociedade civil procuraram concretizar o processo de redemocratização brasileiro através da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para o cargo de chefe do poder executivo depois de 24 anos. A campanha, denominada de "Diretas Já!", pode ser observada como a principal tentativa de ruptura, promovida por setores da oposição, do sistema político com o autoritarismo e um importante passo pela volta dos direitos políticos individuais e por uma democracia política. O movimento foi iniciado na esfera política, especificamente dentro do PMDB, que, assim como a oposição como um todo, se viu fortalecido depois das eleições diretas para os governadores estaduais em 1982. O projeto rapidamente obteve apoio da opinião pública que já dialogava e dava espaços a possibilidades e aos anseios pela eleição direta para presidente, antes do início da tramitação no Congresso Nacional.

A proposta de emenda constitucional foi apresentada pelo deputado federal eleito pelo Mato Grosso, Dante de Oliveira, no congresso do PMDB no início de 1983. Neste mesmo ano a proposta foi formalizada no Congresso Nacional e foi o foco da

atenção dos partidos de oposição, como PMDB, PT, PDT e até uma parcela do PTB, que se uniram pela aprovação do projeto. O texto propunha a alteração do artigo 74 e 148 da constituição federal outorgada em 1967, de modo a desfazer o colégio eleitoral responsável pela eleição presidencial até então e instituir a eleição direta para presidente e vice-presidente ordenada pelo sufrágio universal para brasileiros maiores de trinta e cinco anos. Deste modo, no dia 19 de abril de 1983 foi publicado no diário do Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional nº 5, de 1983, com a seguinte justificção:

(...) Não só a tradição constitucional, ou às aspirações populares militam em favor do restabelecimento do direito do povo de escolher o primeiro magistrado. A legitimidade do mandato surge límpida, incontestada, se sua autoridade for delegação expressa da maioria do eleitorado(..) Um presidente eleito pelo voto direto está vinculado ao povo e com ele compromissado. As eleições diretas para Presidente da República pressupõe um novo pacto social(..)⁴⁹

Este trecho expõe dois fatores determinantes para o sucesso e o insucesso da campanha das “Diretas Já!”: o apoio popular às eleições diretas e a necessidade de construção de um novo pacto social como consequência da inserção do povo no jogo político. Pode-se dizer que a experiência do processo de redemocratização argentino esteve ligada à recepção do movimento das “Diretas Já!” pela mídia e pelos militares, na medida em que pode ter influenciado os êxitos e fracassos relacionados diretamente com os fatores expostos acima.

O apoio popular ao movimento, principal trunfo do movimento pela eleição direta para o cargo máximo do executivo, foi defendido e fomentado através do trabalho jornalístico. O caminho adotado pelo país vizinho foi utilizado pela Folha de São Paulo como exemplo a ser seguido para a sucessão presidencial no Brasil, assim, seguindo a narrativa da Folha, a aura democrática que pairou sobre a Argentina deveria seguir um caminho natural ao Brasil. Opiniões semelhantes encontram-se também do Jornal do Brasil, periódico que também se posicionou de forma favorável ao movimento pelas diretas. Assim, pode-se observar que em algumas matérias, produzidas pela Folha de São Paulo no segundo semestre de 1983, a presença de expectativas geradas pela

⁴⁹ Diário do Congresso Nacional, 19 de abril de 1983.

abertura mais ampla do processo argentino e projetadas na transição brasileira, o que em alguns textos aparece como o “efeito Alfonsín”.

No periódico paulista, o jornalista Newton Carlos é o primeiro a fazer uso da expressão, no dia 30 de dezembro de 1983, logo após a posse do eleito presidente argentino, na matéria intitulada “Retorno tem o aval de Alfonsín”⁵⁰. Neste texto, o autor trata de tentativas de retorno de exilados políticos paraguaios ao país de origem, diante dos riscos da repressão da ditadura governada por Stroessner, que no início da década de 1980 ainda era muito forte. A expressão “efeito Alfonsín” surgiu primeiramente como um artifício argumentativo que buscava demonstrar que o movimento de retorno dos exilados paraguaios foi motivado não só pelo retorno dos exilados argentinos, mas também pela volta da democracia na Argentina, por sua eleição direta e pelas políticas e posicionamentos adotados por Alfonsín em seus primeiros dias de governo. Em outro texto do mesmo jornalista, também a respeito dos exilados paraguaios, publicado no dia 12 de janeiro de 1984⁵¹, o autor volta a utilizar a expressão, desta vez ligada à chamada “festa” da democracia argentina. Desta vez o “efeito Alfonsín” assume o sentido de tendência a se espalhar e ser seguida pelos demais países da região que estavam em vias de findar ditaduras ou ainda lutando contra este tipo de regime.

Àquela altura o cenário político e as ações do governo argentino passaram a exercer certa influência nos processos de redemocratização de outros países da região, no caso do Paraguai ainda um pouco maior, pois o grupo de paraguaios que buscava a volta ao país estava exilados justamente na Argentina e foram recebidos pessoalmente algumas vezes pelo presidente Alfonsín. No caso do Brasil, é interessante observar que o desenvolver do processo argentino gerou certas características que foram de encontro

⁵⁰ Folha de São Paulo, 30/12/1983, p.12. Além do referido texto de Newton Carlos, o jornal ainda destaca, na página 12, a outra face da redemocratização argentina, o embate do governo civil com os militares, no texto intitulado “Justiça argentina manda prender Bignone”. A primeira página da edição lamenta e dá destaque negativo à fala de Figueiredo em seu discurso de final de ano, onde o presidente afirma que a campanha pelas diretas tem “caráter perturbador”. O jornal classifica o posicionamento do presidente como “dar as costas para as aspirações mais inequívocas da nação”.

⁵¹ “No Paraguai, perseguição à oposição”. Folha de São Paulo, 21/01/1984, p.12. Na mesma página, o jornal dá destaque à atuação de Alfonsín na ONU, onde o presidente argentino pede o auxílio da entidade para com os exilados para que retornem aos seus países de origem. Na primeira página, o periódico dá destaque ao fortalecimento do movimento pelas eleições diretas para o executivo, ao destacar um comício com 20 mil pessoas em Salvador. Nas páginas seguintes, o jornal traz em seus artigos convocatórias para demais comícios a se realizar, como por exemplo no texto “Contagem regressiva” e na coluna “Dia 25 para a praça da Sé” que incentivaram a presença popular na manifestação em São Paulo pelas eleições diretas.

com o projeto da Folha de São Paulo para o processo de reabertura política e redemocratização brasileira. Deste modo, ao notar a composição das notícias, as opiniões expressadas por matérias e colunas e os destaques das primeiras páginas das edições observadas, é possível constatar a convergência de opiniões e interesses expostos pela reorganização política argentina e a agenda desenvolvida por Raúl Alfonsín com as posições da Folha de São Paulo para o cenário político do referido período.

É possível observar que a cobertura da Folha de São Paulo sobre as eleições na Argentina e seus desdobramentos se direciona em dois sentidos. O primeiro é a exaltação pela volta da democracia, principalmente pelo fator do processo ser guiado pelas eleições diretas. Este é o caso da matéria publicada para noticiar o acontecimento da votação para presidente da Argentina. Em um de seus espaços mais nobres, a página 2, a Folha dá destaque a “grande festa cívica” do país vizinho, que representou a oportunidade de encerrar o “longo e tenebroso período de oito anos de ditadura militar”⁵². Outro exemplo de tentativa de exaltação da reabertura argentina foi o texto escrito pelo correspondente da Folha em Buenos Aires, Clóvis Rossi, onde são notáveis as metáforas utilizadas pelo autor para destacar importância e engrandecer o evento, algo que se inicia já no título, “Comparecimento maciço às urnas marca festa da democracia argentina”⁵³.

Deste modo, em um primeiro momento, entre a abertura do pleito argentino e o fim do primeiro mês do governo Alfonsín, é possível observar os reflexos da redemocratização argentina no trabalho da Folha de São Paulo, a partir da tentativa de positivação do caminho argentino, como forma de legitimar suas expectativas e do movimento das Diretas Já!. O jornal paulista tentou fortalecer, por meio do caso argentino, a ideia de que a eleição direta poderia ser um caminho plausível em relação ao contexto brasileiro.

⁵² Folha de São Paulo, 30/10/1983, p.2. Nesta mesma página, o jornal traz uma matéria denominada “Diretas sem casuísmo”, onde expõe a reflexão de Figueiredo, que naquele momento, segundo o periódico, estaria inclinado a aceitar o pleito guiado pelo voto direto. Neste mesmo texto, a Folha de São Paulo reitera sua posição favorável às eleições diretas.

⁵³ Folha de São Paulo, 31/10/1983, p.8. Nesta edição, além da ênfase na vitória de Raul Alfonsín, o jornal também dá destaque para a possibilidade das eleições diretas no Brasil, ao demonstrar que membros do governo estariam dispostos a disputar o pleito, como o, à época, ministro do interior, Mário Andreazza.

Entretanto, em um segundo momento, entre janeiro e abril de 1984, o processo de redemocratização da Argentina passa a ser considerado um modelo que traduz ameaças à eleição direta no Brasil por demonstrar a necessidade de consumir um novo pacto social para a consolidação do sistema democrático. A necessidade em si pode não ter sido a principal ameaça, mas, o caminho traçado pelo governo Alfonsín e a forma de ação, sim.

Alfonsín herdou o desafio tratar da tensão da sociedade civil com os militares, além de garantir a manutenção da governabilidade diante das expectativas geradas na população pela queda da ditadura. Além disso, o governo poderia ver-se ameaçado por resquícios de forças autoritárias que poderiam influenciar o andamento do novo regime, como ocorrido durante as décadas precedentes marcadas pela intensa disputa política no país. Deste modo, a problemática dos primeiros meses do governo Alfonsín esteve concentrada em torno da conciliação entre sociedade e o poder militar durante a transição e consolidação da democracia. Esta questão retoma a ideia lançada por O'Donnell, que argumenta que um governo pós-colapso tem um maior espaço de manobra para aprofundar reformas que afastem as práticas de Estado do autoritarismo anterior. Deste modo, quanto ao destino dos militares após o fim da ditadura, “por mais que a Junta Militar quisesse impor algumas condições para a redemocratização, principalmente para assegurar que não seriam punidos pela violação dos direitos humanos, os partidos se recusaram a pactuar”.⁵⁴

Assim, Alfonsín assumiu o governo com a intenção de cumprir os compromissos de campanha, orientando o novo pacto social, de acordo com a bibliografia, por “*el discurso ético, centrado en los valores de democracia, la paz, los derechos humanos, (...) fue un servicio de reinserción del país en la comunidad internacional*” (ROMER, 2005, p.247). Para ratificar este caminho de valorização da democracia e atender aos anseios de parte da sociedade argentina atingida pela violência da ditadura, o governo recém-eleito decidiu pelo indiciamento de militares da alta cúpula de comando do regime. Desta forma, nos primeiros meses do novo governo, iniciou-se a chamada “justiça de transição”.

⁵⁴ FRIDERICH, Lidiane Elizabete. “Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas”. Rio Grande do Sul, AEDOS, v.9 n. 20, p. 439-455, 2017.

Este caso de justiça de transição na Argentina pode ser dividido em dois atos⁵⁵, a criação da CONADEP⁵⁶, que teve como consequência a produção do relatório “Nunca Más”⁵⁷, e a própria tentativa de levar os militares da junta de comando da ditadura à julgamento. Apesar de o relatório da CONADEP ter sido entregue depois da abertura de alguns desses inquéritos, o trabalho da comissão ocupou um lugar de extrema importância neste processo, pois, a partir dele, foram estruturadas as denúncias e, conseqüentemente, a razão dos julgamentos.

Deste modo, por meio de decretos referendados pelo Congresso, Raúl Alfonsín, em seus primeiros meses de governos, revogou a “*Ley de Autoamnistía*”⁵⁸ e solicitou abertura de processo penal para os militares das três juntas responsáveis pela ditadura argentina entre 1978 e 1983⁵⁹.

Para além do resgate da memória para expor a extrema violência praticada pelo *Proceso de Reorganización Nacional*, representado pelo trabalho da CONADEP, o “juicio de las juntas” pode ser entendido também como um mito fundador da nova democracia Argentina, ao marcar uma ruptura brusca e estabelecer um marco para construção de um novo Estado argentino. “Com intuito de ‘apurar as arestas’, o julgamento das juntas, deu bastante substrato para a transição democrática. Mesmo que um substrato complexo e até mesmo ‘ilusório’ sob certo ponto de vista” (STEINKE, 2010, p.44). Mesmo diante dos desdobramentos dos indiciamentos, como a *Ley del Punto Final*⁶⁰ e a *Ley de la Obediencia Devida*⁶¹, que impediram que o julgamento dos

⁵⁵ Perspectiva elaborada por Vezzetti em STEINKE, Sabrina. “Agentes da ditadura argentina nos trilhos da justiça: embates diante de um processo de crime de lesa humanidade”. Dissertação (mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

⁵⁶ *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*— Instituída no início do governo Alfonsín para receber denúncias e investigar crimes da ditadura militar argentina.

⁵⁷ Divulgado em setembro de 1984, o relatório expôs os resultados das investigações da CONADEP. Segundo Steinke, o “relatório da CONADEP foi uma das balizas do novo modelo político argentino”.

⁵⁸ Lei número 22.924, promulgada em setembro de 1983. Pode ser entendida como um artifício de segurança para a convocação das eleições no mesmo ano, à medida em que ratifica a autoproteção para militares que cometeram violações durante a ditadura.

⁵⁹ STEINKE, op.cit. cap.2.

⁶⁰ Lei número 23.492, promulgada em dezembro de 1986. A partir dessa lei se extinguiu as ações penais contra o militares, ou qualquer pessoa, que houvesse cometido algum delito violento como forma de ação política até 1983.

⁶¹ Lei número 23.521, promulgada em julho de 1987. A lei impediu a continuação de processos penais dos militares de baixa patente que cometeram crimes políticos ao seguir as ordens de seus superiores. Juntamente com a “*Ley del Punto Final*”, a “*Ley de la Obediencia Devida*” integra o conjunto de leis conhecidas como “*Leyes de Impunidad*”, mecanismos que impediram o julgamento e a responsabilização

militares responsáveis pelos crimes da ditadura, tivessem grande efeito prático a longo prazo, o ato de levar a julgamento responsáveis por assassinatos, torturas e desaparecimentos deu ao governo certo respaldo para manter seu plano político em prática sob a bandeira da democracia.

Por diversos motivos já trabalhados no capítulo anterior, o relativo controle do regime militar brasileiro sobre o processo de abertura política conteve bruscas rupturas como no caso argentino. Mas, nem a ditadura, nem a imprensa mais engajada nos movimentos pelas eleições diretas, estiveram alheias aos acontecimentos na Argentina. Para o governo, a tensão entre a sociedade civil e os militares no país vizinho reforçou o alerta sobre um possível clima de revanchismo no Brasil, ainda mais diante dos acontecimentos ligados às ações de militares dos órgãos de repressão durante a abertura política.

Constam na base de dados do SIAN⁶² vários dossiês produzidos pela embaixada brasileira em Buenos Aires e pelo Conselho Nacional de Segurança que trazem relatórios de monitoramento da situação argentina no período. Nestes relatórios é possível observar de forma mais clara as posições do Estado brasileiro quanto à abertura da política interna diante dos acontecimentos no país vizinho.

Em dezembro de 1982, um relatório da embaixada brasileira em Buenos Aires buscou chamar atenção para o quadro de incertezas no cenário político argentino diante a crise dentro da cúpula de comando militar e dos fracassos do regime. Já no fim deste ano, o documento relata a preocupação entre os militares argentinos em propor acordos para garantir estabilidade a toda classe que sustentou a ditadura⁶³.

O relatório que mais aproxima e dimensiona os reflexos do processo de redemocratização argentino sobre a abertura política no Brasil é oriundo do Estado

dos crimes cometidos durante a ditadura militar que durou de 1976 a 1983. Tal legislação foi motivada por intensa crise no meio militar que tomou forma em levantes dentro dos quartéis. Posteriormente, no início dos anos 2000, estas leis foram revogadas pelo Congresso argentino.

⁶² Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

⁶³ “Política Interna Argentina”. Embaixada Brasileira em Buenos Aires, 20/12/1982 Ver especificação na bibliografia.

Maior da Armada (EMA)⁶⁴, produzido em maio de 1984. O documento busca analisar os resultados dos primeiros meses do governo Alfonsín. logo após a rejeição da Emenda Constitucional Dante de Oliveira. Além de relatar a conjuntura da política interna do país e o andamento dos julgamentos dos militares envolvidos no governo ditatorial, o relatório aproxima o contexto político dos dois países:

3) Sentimento dos dirigentes argentinos para com os militares brasileiros. O sentimento civil não pode ser avaliado. Provavelmente, refletindo um estado de espírito que prevalece em relação aos próprios militares argentinos, os dirigentes civis argentinos não nos encaram com total simpatia, imputando-nos a responsabilidade, segundo eles, por não existir ainda em nosso país uma "democracia plena". A Argentina posa agora como "modelo democrático" da América Latina. (EMA, 1984, p.3)

O documento compartilha, de forma mais direta, as ideias propostas nos textos jornalísticos expostos acima sobre a existência de uma oposição política entre os regimes brasileiro e argentino e também sobre o aspecto simbólico ao redor da redemocratização argentina para com os demais regimes ditatoriais da região. No último tópico do relatório, o documento do Estado Maior da Marinha trata da influência argentina na abertura, em que, para relatar o tema replica as palavras do ex-embaixador argentino no Brasil Oscar Camilión⁶⁵:

os fatos argentinos influenciaram como poucas vezes antes o processo político brasileiro. As eleições do ano passado e, além disso, a vitória de RAUL ALFONSÍN, representaram um forte alento à campanha para as diretas (...). A defesa contra as diretas tornou-se mais dura diante da imagem dos fatos ocorridos na ARGENTINA, cuja repetição no BRASIL foi considerada indesejável por setores dotados de muita força. Cabe prever que nos tensos meses que se sucederão até março do ano que vem... a política argentina gravitará fortemente sobre a do BRASIL. (EMA, 1984, p.7)

A presença do trecho acima em um documento oficial do regime militar corrobora com a ideia de que a influência do processo argentino sobre o caminho da

⁶⁴ “Desempenho inicial do governo Alfonsín”. EMA-(Estado Maior da Armada Marinha do Brasil), 18/05/1984. A versão consultada, ver bibliografia, provavelmente foi recebida e arquivada pelo Conselho Nacional de Segurança, dado o carimbo do órgão na capa do documento.

⁶⁵ Oscar Camilión também escrevia para jornais como analista político. O trecho replicado provavelmente foi publicado no jornal “*El Observador*”, no dia 27 de abril de 1984, como consta no anexo B do documento.

sucessão presidencial brasileira foi aparente não só na imprensa brasileira, mas também entre os próprios agentes da ditadura.

Os trechos expostos demonstram certa irresignação quanto à influência argentina na política brasileira, assim, o documento busca demonstrar o enfraquecimento do governo Alfonsín perante a imprensa em março de 1984, “Acabou o período de deslumbramento. Se ainda há certo comedimento, nem por isto as críticas deixam de despontar, cada vez mais numerosas, com base em certas ações (ou falta de) do Governo”. Os argumentos para defender tal posição não giram em torno propriamente do julgamento dos militares, fazem referência à crise econômica herdada da ditadura militar e não resolvida pelo novo governo.

Porém, na imprensa brasileira pode-se encontrar posições que mostram a virada na positividade diante do receio que a tensão entre civis e militares na argentina pudesse exercer uma influência negativa quanto à aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira. Em coluna, intitulada “Seria uma Pena”⁶⁶, Marilena Chauí ressalta a crise vivida pelo país ao apresenta diversos exemplos de má condução de órgãos e empresas públicas durante a ditadura militar e o clima de contestação do país, demonstrado através dos comícios, passeatas e movimentos culturais pelas “Diretas Já!”.

O ministro Passarinho, de quem discordamos politicamente, escreve nesta “Folha” que a abertura deveria ter-se iniciado antes da crise econômica e não em seu apogeu. Mas, se desemprego, seca, cheias, incêndios estão criando neste país bolsões de campos de concentração, a nós cabe lutar pelo futuro (...) Que o medo infundado de um “efeito Alfonsín” não nos leve ao “efeito Pinochet-Galtieri-Videla-Bignone (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984, p.2)

Perante a possibilidade da aprovação da emenda constitucional, diante de tamanha mobilização popular, Chauí menciona o temor do “efeito Alfonsín” no Brasil, como uma possibilidade do desencadeamento do que denominou de “efeito Pinochet-Galtieri-Videla-Bignone”. Em abril de 1984, os processos de julgamento dos militares que comandaram a ditadura na Argentina já tinham sido iniciados e a tensão entre civis

⁶⁶ Folha de São Paulo, 30/12/1983, p.2. Primeira página: “PDS pró-diretas lança ofensiva”

e militares era flagrante, principalmente pela recusa do tribunal militar argentino em realizar o julgamento. Neste contexto, o “efeito Alfonsín” pode ser entendido como uma possibilidade de revanchismo ou algo que cause receio dos militares brasileiros. Em contrapartida, o chamado “efeito Pinochet-Galtieri-Videla-Bignone” pode ser entendido como uma retaliação ao processo de abertura política, o que poderia significar um novo endurecimento do regime em termos políticos.

Deste modo, é possível observar que os caminhos traçados pelo processo redemocratização argentino tiveram seus reflexos na abertura política brasileira. Isto pode ser afirmado pela presença de seu exemplo nas discussões que envolveram a possibilidade do desencadeamento da eleição direta no Brasil em 1984. Assim, o caso argentino foi, por alguns meses entre 1983 e 1984, tratado como referência por diferentes setores implicados na redemocratização brasileira— sendo que essa referência pode ser positiva ou negativa a depender do momento e de quem está relacionando os dois processos de redemocratização.

Considerações Finais

De forma concomitante ao monitoramento no país vizinho, o Conselho Nacional de Segurança brasileiro também produziu relatórios sobre a política interna do país, onde demonstrava preocupações como alguns temas semelhantes aos que causaram o colapso argentino e seus consequentes efeitos. Por meios destes relatórios é possível observar a preocupação de setores do governo em garantir o controle político e social para assegurar a integridade da segurança nacional, assim como nos anos 70.

Como colocado por Romero (2005), a transgressão dos direitos humanos por parte da ditadura militar inicialmente não foi um dos principais motivos para as pressões da sociedade argentina sobre o governo. Os principais motivos apontados pela historiografia para o colapso são referentes ao fracasso militar nas Ilhas Malvinas e a crise econômica que assolou o país. Assim, também é possível observar um outro aspecto de aproximação entre o declínio das respectivas ditaduras, já que no caso brasileiro a crise econômica, que se arrastava desde o fim da década de 70, é apontado quase unicamente como causa da crise de do regime militar nos relatórios do Conselho Nacional de Segurança.

Em um relatório nomeado “A situação econômica e seus reflexos no campo psicossocial” o órgão analisa a possibilidade de agitação social em consequência da violência, insegurança e redução da renda, causada pelo desemprego, a alta inflação e a crise econômica do país. Todos esses aspectos são considerados ameaçadores à segurança nacional.

Um outro aspecto que vem ameaçando a paz social, fruto da atual crise econômica, tem origem nas manifestações coletivas que ocorrem, em particular, porém não exclusivamente, nos grandes centros urbanos (...) O exemplo de 4 de abril, em São Paulo, deixou marcas profundas, não só pelos elevados prejuízos causados ao patrimônio público e privado, como também, e principalmente, pela desmoralização do governo estadual, que revelou-se incapaz de prevenir e mesmo reprimir, no tempo certo, a agitação popular.⁶⁷(CNS, 1984, p.9)

⁶⁷ A citação faz referência aos os movimentos grevistas da classe de professores e de metalúrgicos do ABC paulista, semanas antes da votação da Emenda Dante de Oliveira. Os fatos foram repercutidos pela Folha de São Paulo, em suas edições de 4 e 5 de abril.

Observa-se que os fatores de preponderância para a falência da ditadura argentina, a crise econômica, política e militar, também tem ocorreram no Brasil. A ideia de como superar o enfraquecimento do governo também foi semelhante: através da recuperação da economia. Isso não significa dizer que tais crises e medidas para contê-las estejam diretamente ligadas, mas demonstra uma conjuntura que foi comum aos países do Cone-Sul e que os modos em que foram enfrentadas, assim como seus desdobramentos, reverberaram na região.

. Neste sentido, o caso argentino tornou-se simbólico na região por ser o primeiro processo redemocratização e de tentativa de ruptura com o regime ditatorial durante a década de 1980. Assim, a questão a ser levantada, porém sem a pretensão de apresentar uma resposta imediata, é qual a profundidade do impacto do ‘efeito Alfonsín’ sobre o trato do governo brasileiro junto ao movimento “Diretas Já!”, considerando o projeto de abertura do regime?

A abertura política no Brasil foi parte do projeto de poder dos próprios militares, que conduziram o processo ante ao fracasso econômico, de forma a manter o status das instituições militares na sociedade. Para Delfim Netto, “[A oposição] nem ajudou, nem atrapalhou [a abertura]. A abertura foi uma decisão interna [dos militares.] É irrelevante [a oposição]”(Silva, 2007, p.256) Porém, a abertura brasileira foi um processo de intensa negociação entre as classes políticas e o governo. A crise da ditadura exigiu ações do regime para conter as mobilizações populares e políticas, que em certo momento se fizeram presentes e que ameaçaram a lentidão e segurança pretendida para a abertura.

Para aprofundar a reflexão sobre a influência do governo Alfonsín nos anos finais do regime militar brasileiro é preciso dedicar maior atenção aos projetos de redemocratização que circularam à época no Brasil. Assim, pode-se observar quais as premissas e intenções pretendidas por esses projetos, até que se chega à conclusão de quais interesses foram canalizados na Emenda Dante de Oliveira. Outra questão a ser levantada faz referência à existência, ou não, de algum clima de revanchismo nesses projetos de redemocratização, algo que poderia ser um condicionante para as reação do

governo em relação à abertura política do país: havia algum tipo de ameaça às instituições militares no período?

O processo de redemocratização na Argentina pode, juntamente com outros fatores internos, ter instigado o regime brasileiro a intensificar a mobilização de suas bases políticas para barrar a aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira. Nesse sentido, pensar conexões entre as aberturas políticas de Brasil e Argentina pode ser um condicionante para reflexões a respeito da não abertura de uma comissão da verdade no Brasil após o fim do regime, nem mesmo logo após a promulgação da nova constituição em 88, a carta que se propôs a consolidar bases democráticas no país. O processo argentino mostra que a abertura de comissões, como a CONADEP, a produção de relatórios descritivos dos crimes da ditadura, como o “Nunca Más”, e ações efetivas, como a tentativa de julgamento dos responsáveis pelas políticas de repressão e perseguição política, podem desencadear reações contrárias do setor militar e resultar em novas ondas de desestabilização da política, como ocorridas no país na segunda metade da década de 1980.

Bibliografia

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina, la construcción del orden*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

ANSALDI, Waldo. *La democracia en la América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 1º edição Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP 2002.

BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1932)*. São Paulo: Ensaio, 1995, 2ª edição.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de política I*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CONCEIÇÃO, Bruno Negreiros. *A política econômica e o desenvolvimento argentino pós-2002: uma agenda de economia política internacional*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

CARDOSO, Fernando H.. *Los empresario y el proceso de transición: el caso brasileño* in: O'DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritario- Perspectivas comparadas*, Cap.6, Vol.3 p. 213-236. Buenos Aires: Paidós, 1988.

CAVAROZZI, Marcelo. *Los ciclos políticos en la Argentina desde 1955* in: O'DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritario- América Latina*, Cap.2, Vol.2. p. 35-78. Buenos Aires: Paidós, 1988.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FRANCO, Marina. *Solidaridad internacional, exilio y dictadura en torno al Mundial de 1978*. In: PABLO, Yankelevich; JENSEN, Silvina. *Exilio: Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Ediciones del Zorzal, 2007.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. *Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas*. Rio Grande do Sul, AEDOS, v.9 n. 20, p. 439-455, 2017.

GRECO, Heloísa Amélia. *Anistia anamnese vs Anistia amnésia. A dimensão trágica da luta pela anistia*, in: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de

Almeida. *Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil*. Vol 2., p. 524-540. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editores, 2009.

JUNIOR, Valdemar. *A “Redemocratização” do Brasil: Convergências entre o projeto político da Folha de S.Paulo e de Golbery de Couto e Silva (1974-1981)*. XXIX Simpósio Nacional de História, Gomes. 2017.

KLAVEREN, Alberto Van. *Democratización y política exterior: el acercamiento entre Argentina y Brasil*. *Afers Internacionals*, , núm. 18, p. 13-44. 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado : contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Redemocratização brasileira e tempo presente: um ciclo narrativo no jornal Folha de São Paulo (1974-1985)*. XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH. Natal, 2013.

MARTINS, Luciano. *La “liberalización” del gobierno autoritario en Brasil* in: O’DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritario- América Latina*, Cap.4, Vol.2. p. 113-146. Buenos Aires: Paidós, 1988.

MOISÉS, José Álvaro Moisés; GUILHON, J. A. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Impres, 1981.

MOTTA, Cezar Moura da. “Até a última página: uma história do Jornal do Brasil”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

O’DONNELL, Guilherme. *Introducción a los casos latinoamericanos* in: O’DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritario- América Latina*, Vol.2. p. 15-36. Buenos Aires: Paidós, 1988.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2º ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A. 2005

SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura. A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura militar: regime*

militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243-281

SILVA, Sônia M. de Meneses. *Operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Tese (doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

STEINKE, Sabrina. *Agentes da ditadura argentina nos trilhos da justiça: embates diante de um processo de crime de lesa humanidade*. Dissertação (mestrado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

STEPAN, Alfred. *Caminos hacia la democratización: consideraciones teóricas y análisis comparativos* in: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. "Transiciones desde un gobierno autoritario- Perspectivas comparadas", Cap.3, Vol.3 p. 105-136. Buenos Aires: Paidós, 1988.

TELES, Janaína de Almeida (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. ed. -- São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.

WHITEHEAD, Laurence. *Aspecto internacionales de la democratización* in: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritario- Perspectivas comparadas*, Cap.1, Vol.3 p. 15-78. Buenos Aires: Paidós, 1988.

Fontes primárias

Acervo digital Folha de São Paulo

Micro entrevista com Alfonsín, Folha de São Paulo, 20/01/1983. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8292&keyword=%22eleicoes+na+argentina%22&anchor=4304340&origem=busca&pd=a77f81fe1816b97c2e5ceadc9e3fef4c>>
Acesso em: 08/2019

Diretas sem casuísmo/ eleições na Argentina, Folha de São Paulo, 30/10/1983. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8575&keyword=%22eleicoes+na+argentina%22&anchor=4218933&origem=busca&pd=26954c7bb94ccdba0ca135dd6cf39a0>>
Acesso em: 08/2019

Comparecimento maciço às urnas marca festa na Argentina, Folha de São Paulo, 31/10/1983. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8576&keyword=%22democracia+argentina%22&anchor=4219465&origem=busca&pd=b5f81342597b74a96226a02c91de9a7b>>
> Acesso em: 08/2019

Alfonsín desmontará o aparelho repressivo, Folha de São Paulo, 02/11/1983. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8578&keyword=%22alfonsinismo%22&anchor=4211203&origem=busca&pd=ee26db9fa0ddd33dfe5d893e93aa0415>> Acesso em: 08/2019

O falso exemplo argentino, Folha de São Paulo, 08/11/1983. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8584&keyword=%22democracia+argentina%22&anchor=4213029&origem=busca&pd=b4a597dd570565282dce2880784e67bf>>
> Acesso em: 08/2019

Alfonsín promoverá uma ampla reforma na alta cúpula militar, Folha de São Paulo, 10/11/1983 Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8586&keyword=%22alfonsinismo%22&anchor=4213740&origem=busca&pd=1eea6f1c81129fe7f63c369092317a95>> Acesso em: 08/2019

Só em Quênia existe sistema como no Brasil/ O caso argentino, Folha de São Paulo, 04/12/1983. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8610&keyword=%22eleicoes+na+argentina%22&anchor=4214021&origem=busca&pd=7fe548092cfc662dc590b22429b8e04f>>
> Acesso em: 08/2019

Viva a Argentina, Folha de São Paulo, 18/12/1983. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8624&keyword=%22eleicoes+na+argentina%22&anchor=4223312&origem=busca&pd=bfbff77ffad9e67e1ada5d52af0501db>>
Acesso em: 09/2019

Os trunfos do Alfonsinismo. Folha de São Paulo, 29/12/1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8635&keyword=%22alfonsinismo%22&anchor=4226181&origem=busca&pd=6f9c628f794bd8268c5e72b16846bf03>. Acesso em: 09/2019

Justiça argentina manda prender Bignone/ Exilado volta ao Paraguai/ Retorno tem aval de Alfonsín. Folha de São Paulo, 30/12/1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8636&keyword=%22efeito+alfonsin%22&anchor=4226347&origem=busca&pd=f028ca7d763261076cd8018bf8faff30>> Acesso em: 09/2019

Seria uma pena, Folha de São Paulo, 12/03/1984. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8709&keyword=%22efeito+alfonsin%22&anchor=4310463&origem=busca&pd=3b4903baf67567fa2aa2de30a1364f4e>> Acesso em: 09/2019

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Apenas a quebra do autoritarismo, Jornal do Brasil, 04/11/1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=H%C3%A1%20uma%20excita%C3%A7%C3%A3o%20nacional%20com%20a%20id%C3%A9ia%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o%20mediata%20da%20elei%C3%A7%C3%A3o%20direta%20do%20Presidente%20da%20Rep%C3%BAblica.> Acesso em: 10/2019

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)

Dossiê Argentina (diversos). Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1078346&v_aba=1> Acesso em: 08/2019

- *Desempenho inicial do Governo Alfonsín,* Estado Maior da Marinha, 1984, p.297;
- *Política externa da Argentina,* Embaixada Brasileira em Buenos Aires, 1983, p.317;
- *Política interna da Argentina,* Embaixada Brasileira em Buenos Aires, 1983, p.323;

Dossiê Conjuntura Nacional. Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1109379&v_aba=1> Acesso em: 08/2019

- *Situação econômica e seus reflexos no campo psicossocial,* Conselho Nacional de Segurança, 1984, p.4
- *Avaliação sintética do campo militar 2º semestre de 1984,* Conselho Nacional de Segurança, 1984, p.19
- *Análise da conjuntura política,* Conselho Nacional de Segurança, 1984, p.51
- *Presente conjuntura política e seus possíveis desdobramentos,* Conselho Nacional de Segurança, 1984, p.86